

**A Natureza na cidade: As Áreas Verdes como uma das feições da natureza na cidade capitalista<sup>1</sup>**

*The nature of the city: The Green Areas as one of the features of nature in the capitalist city*

*La Naturaleza en la ciudad: Las Áreas Verdes como una de las características de la naturaleza en la ciudad capitalista*

**Mariana Cristina da Cunha Souza**

Professora Mestre, FATEC, Brasil  
mariana.souza33@fatec.sp.gov.br

**Margarete C. Costa Trindade Amorim**

Professora Assistente Doutora, FCT/UNESP, Brasil  
mccta@fct.unesp.br

---

<sup>1</sup> Trabalho elaborado, a partir dos resultados obtidos com pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). Nº do Processo: 152381/2014-7.

## INTRODUÇÃO

Quando se pensa no conceito de natureza, as concepções são bastante variadas. Para algumas pessoas, a ideia de natureza é aquela “pura” ou “intocada”. Para outras ela é os espaços rurais, que se contrapõem aos urbanizados. E existem aquelas para quem a natureza é concebida como tudo que é contrário ao homem e suas práticas. Na história mais recente, Serpa (2013) afirma que a natureza está associada inconscientemente pelas pessoas às formações vegetais, aos córregos e rios. Tais elementos, quando sobrevivem ao processo de urbanização, acabam por se destacar na paisagem da cidade, adquirindo novas funcionalidades e significados, sobretudo, sob os interesses do capital privado. O autor afirma que “a necessidade de natureza” nunca esteve tão evidente, respaldando a preocupação com a qualidade ambiental e de vida da população, e colocando no centro do debate sobre os problemas ambientais urbanos, a manutenção das Áreas Verdes Públicas – as AVPs.

A relação com as áreas verdes consiste no fato das mesmas serem, na maioria dos casos, áreas livres de construções e que abrigam diferentes espécies da fauna e flora, podendo contar com a presença de cursos d’água e outros elementos antagônicos às paisagens das áreas densamente construídas, caracterizadas pelo concreto, pela quantidade elevada de veículos automotores e seus ruídos, etc. O destaque dado as AVPs, entretanto, esconde de fato um jogo de interesses entre as classes dominantes, o poder público e a coletividade, sobretudo, na escala local. Isso significa que a promoção das AVPs pode se dar em virtude dos seus benefícios sociais, ambientais e estéticos, contudo, ocultando-se os econômicos, pois estes não são interessantes ao discurso da qualidade ambiental promovido pelo poder público e pelos agentes privados responsáveis em produzir e consumir o espaço (SERPA, 2013; NUCCI, 2008).

Neste sentido, as AVPs são planejadas e concebidas como espaços públicos, todavia, que se concretizam no contexto de um grande projeto imobiliário, direcionado a parcelas específicas da população. O que se tem na verdade são os elementos naturais, que materializados na área verde, são apropriados para serem vendidos e consumidos enquanto natureza pura, já que os espaços verdes públicos têm a capacidade de reorganizar as dinâmicas e arranjos socioespaciais em seu entorno, a partir do momento em que são implantadas, servindo justamente como instrumento de requalificação e revitalização de setores urbanos desvalorizados e degradados ambientalmente, mas que se tornam interessantes aos investimentos do capital privado, quando beneficiados por uma rodovia, pela proximidade de um grande complexo comercial, pelo incentivo fiscal cedido pelo poder público para a apropriação de certos lotes urbanos, por exemplo, (WENZEL, 1991).

Logo, o objetivo desse trabalho é realizar uma abordagem teórica, considerando aspectos característicos da produção do espaço urbano, que contribuem e direcionam ações para que

espaços públicos sejam apropriados privadamente por determinados grupos da sociedade, servindo, igualmente, no processo de reprodução do capital privado em escala local.

## **METODOLOGIA**

Para a elaboração deste trabalho foram realizadas pesquisas bibliográficas e documentais no intuito de identificar, compreender e relacionar teorias, autores e estudos de referência sobre a temática abordada. A escala de análise obedeceu aos processos e dinâmicas mais gerais e foram se desdobrando até que permitissem sua contextualização na dimensão local, por meio do estudo objetivo de pesquisas sobre cidades brasileiras e estrangeiras. Acredita-se que dessa forma, foi possível relacionar arranjos históricos e de produção do espaço urbano em sociedade às diferentes formas de apropriação e transformação dos elementos da natureza no espaço da cidade. A geografia e suas bases teóricas, diretamente comprometidas com a investigação da complexa relação sociedade e natureza, foram fundamentais, e possibilitaram o entendimento e apreensão da realidade de maneira científica, coerente e crítica.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO: As Áreas verdes como apropriação privada na produção social do espaço**

A natureza do espaço público, enquanto promotor de encontros pessoais e impessoais, como facilitador das relações sociais e onde a convivência entre diferentes grupos é possível, tem sido alterada ao longo do tempo conforme as distintas formas de organização da sociedade (SOBARZO, 2006).

Nas sociedades capitalistas, o espaço público se transfigura, gradativamente, em espaço “privado”, sendo ótimos exemplos os loteamentos fechados e os grandes empreendimentos comerciais, os shoppings center, lugares onde o sentido de “público”, como sendo um espaço promotor das relações sociais, é esvaziado, já que se perpetuam práticas de exclusão e segregação social, e o acesso público (direito instituído por lei) passa a ser controlado (CARLOS, 2007). Deste modo que o espaço público pode tanto integrar quanto segregar.

Para Carlos (2007) a análise da produção socioespacial se dá em três níveis distintos, são eles (a) a dominação política, (b) a acumulação do capital e (c) a realização da vida humana. Sobre a esfera descrita em (c) está incorporado o espaço público, que nas concepções da autora é onde a vida se realiza e se materializa na cidade, pois são os espaços que possibilitam as relações sociais concretizadas nas práticas cotidianas de lazer, do consumo, da mobilidade, etc.

Nesta conjuntura, as AVPs urbanas caracterizam-se como os espaços que conseguem manter o sentido tradicional do público, onde as regras de utilização não são rígidas e, portanto, permitem aos diferentes grupos sociais conviver em um lugar onde se pode desfrutar de momentos de lazer, de ócio, praticar atividades físicas. Ou seja, elas assumem o papel de

facilitadoras das relações sociais.

No entanto, as áreas verdes também podem promover a segregação socioespacial urbana, a partir do momento em que são incorporadas a arranjos políticos, cuja finalidade é beneficiar os projetos econômicos e individuais de parcelas da sociedade. Serpa (2013) afirma que na sociedade contemporânea, as AVPs têm servido como instrumento de valorização do solo urbano, pois elevam o preço da terra no seu entorno, a partir do momento em que são implantadas, gerando uma seletividade através da condição social.

Em pesquisa realizada por Gomes (2009), por exemplo, na cidade de Ribeirão Preto (SP), o autor concluiu que a criação de dois espaços verdes públicos em regiões de crescente valorização imobiliária foi ação estratégica do poder público municipal, na revitalização de setores urbanos interessantes ao capital privado do setor imobiliário. Nas análises, o autor verificou que a implantação de ambos no eixo Sul-Sudeste, serviu para dar visibilidade a esta parte no conjunto da cidade, agregando valor ao preço do solo e facilitando o acesso para loteamentos de alto padrão existentes nas suas imediações.

Em Ribeirão Preto, a justificativa do governo municipal para a implantação das AVPs, no caso, dois parques urbanos, em áreas onde predominavam os vazios urbanos, Gomes (2009) concluiu que uma das únicas aceitáveis seria a existência e/ou manutenção de elementos naturais e geográficos significativos na paisagem, como cursos d'água, nascentes, fragmentos de vegetação arbórea densa, etc. o que não aconteceu. Ainda sobre Ribeirão Preto, o pesquisador constatou que ao mesmo tempo em que nos bairros considerados mais nobres, as AVPs eram avaliadas como excelentes, na periferia onde predominavam a população menos favorecida, esta realidade não se concretizava, sendo avaliadas como desprovidas de qualquer infraestrutura. Tais constatações demonstraram as lógicas, contradições e combinações da produção e reprodução da cidade, principalmente no que se referiu à implantação dos dois parques urbanos, que em tese deveriam beneficiar à coletividade.

Não é por acaso que o mesmo padrão foi identificado para a cidade de Presidente Prudente em estudos realizados por Amorim (1993; 2000). A autora concluiu que o tratamento dado às AVPs localizadas em bairros ricos e na periferia de padrão construtivo baixo, era distinto, ou seja, nos bairros centrais e nos que possuíam um padrão socioeconômico alto, elas foram classificadas como satisfatórias, já nos bairros periféricos habitados pela população de baixa renda, apresentaram situações insatisfatórias de qualidade e de uso público.

Em Presidente Prudente também é possível citar o projeto que culminou com a implantação da AVP Parque do Povo, justificando um processo de reurbanização e de crescimento da cidade, num contexto de interesses econômicos e políticos, que privilegiaram parcelas sociais específicas, e depreciaram os menos favorecidos economicamente (SILVA, 1994).

De acordo com Camargo (2007), em Presidente Prudente a história de expansão urbana explica tal condição, porque a mesma obedeceu aos interesses econômicos e políticos de uma minoria social, sempre privilegiando os bairros considerados nobres, em detrimento dos bairros

considerados de baixa renda.

Em Paris (França) e Salvador (Brasil), Serpa (2013) verificou que muitas AVPs públicas, especialmente parques urbanos, foram planejadas e implantadas a partir da década de 1980, como estratégia de visibilidade política. Os parques, em essência, ao invés de beneficiar a população, tornaram-se artefatos publicitários dos grupos políticos e econômicos em suas respectivas cidades (ARANTES, 1998). Em Salvador, é mais evidente na paisagem que os espaços verdes públicos criados estejam inseridos em um contexto de zonas residenciais de alto padrão construtivo. No caso brasileiro (Salvador) existe ainda o acesso ao espaço público, que é dificultado para a população de baixa renda. Primeiro pela localização espacial das AVPs, geralmente distantes da periferia, e segundo pela pouca oferta e a má qualidade dos transportes coletivos, que muitas vezes não percorrem as áreas onde foram implantados os novos espaços verdes públicos.

Para compreender melhor a complexidade relacionada aos casos anteriormente citados, retoma-se Sobarzo (2006) para explicar que as relações estabelecidas entre poder público municipal, a produção do espaço em sociedade e a dominação política se dão de modo bastante próximos, corroborando com as concepções do autor quando o mesmo distingue o poder no espaço e o poder do espaço.

O exercício do poder para o controle do espaço (poder no espaço) inclui a capacidade de definição/modificação das normativas legais de uso e ocupação do solo, as definições sobre política tributária, a implementação de infraestrutura, serviços e investimentos. Esse controle do espaço deve ser entendido como um controle da sociedade com vistas à dominação política. Numa outra perspectiva, temos o poder do espaço, ou seja, o espaço produzido nas suas desigualdades e contradições possui a capacidade de facilitar ou dificultar o processo de dominação política. Assim, essa dominação pode ser mesmo questionada a partir do espaço e de suas características, no núcleo do processo da sua produção (SOBARZO, 2006, p. 97).

Deste modo, compreende-se que o espaço é meio e condição de dominação, que na cidade é realizada por uma associação entre o poder público, capital privado, e de uma minoria social, que também pode se configurar como uma força política. Na escala local, o governo municipal deveria ser o agente de maior atuação no ordenamento territorial, tendo como interesse as necessidades coletivas. Porém, o comum é que os diferentes grupos políticos se beneficiem do poder no espaço, reconfigurando e criando novas funcionalidades a determinados setores urbanos que, na verdade, fazem parte dos projetos individuais dos grupos dominantes.

É a situação reproduzida no espaço urbano de Ribeirão Preto, na medida em que as AVPs (resultado de políticas e obras públicas) tiveram sua implantação pautada no discurso da qualidade ambiental e da promoção de um espaço ecologicamente mais equilibrado para toda a população. O fato é que os espaços verdes promoveram a apropriação privada do espaço público, pois o acesso aos dois parques foi limitado para a maioria dos cidadãos, com exceção dos moradores residentes nos loteamentos de alto padrão construtivo, já implantados nas suas

áreas de entorno, e aqueles que estrategicamente foram sendo implantados em períodos posteriores (GOMES, 2009).

Em teoria e do ponto de vista legal é o poder público o responsável em gerir e manter os espaços verdes na cidade, todavia, diante do que tem sido observado em diferentes contextos urbanos, acredita-se que a existência dessas áreas e sua disposição espacial dentro do sítio urbano, ora privilegiando os interesses imobiliários, ora beneficiando as parcelas sociais com poder aquisitivo elevado, obedece a um jogo de interesses conflitantes, que de modo geral, se resume ao par dialético público-privado. Onde o privado, geralmente, prevalece (SOBARZO, 2006; CARLOS, 2007).

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi apresentado, considera-se que na cidade produzida sob os interesses do capital, que visa o máximo aproveitamento do solo, os elementos da natureza adquirem funcionalidades, que necessariamente não estão atreladas aos benefícios ambientais, apesar de este ser o discurso empregado. Tomando como referência as concepções de Gomes (2009) e Gonçalves (2008), acredita-se que a manutenção de áreas com presença marcante da vegetação de porte arbóreo, ou seja, as AVPs, tornou-se uma estratégia significativa de revitalização de partes degradadas da cidade nos dias atuais, já que a manutenção dos elementos da natureza, neste caso, possibilita a obtenção de lucro sobre eles. O que se vislumbra, portanto, são novas atribuições, valores e significados para o que se tem de natural na paisagem urbana, todos, porém, voltados à consolidação do modo de produção capitalista.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, M. C. C. T. **Análise ambiental e qualidade de vida na cidade de Presidente Prudente/SP**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 1993. 136 f.

\_\_\_\_\_. **O clima urbano de Presidente Prudente/SP**. Tese. (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciência Humanas – USP, São Paulo, 2000. 378p.

ARANTES, O. **Urbanismo em fim de linha**. São Paulo: Edusp, 1998.

CAMARGO, C. E. S. **Qualidade Ambiental Urbana em Presidente Prudente-SP**. Dissertação (Mestrado em Geografia). FCT-UNESP. Presidente Prudente, 2007, 152 f.

CARLOS, A. F. A. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. Edição Eletrônica. LABUR: São Paulo, 2007.

GOMES, M. A. C. **Parques urbanos de Ribeirão Preto-SP: na produção do espaço, o espetáculo da natureza**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências. Campinas-SP, 2009.

GONÇALVES, C. W. P. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 14ª ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

NUCCI, J. C. **Qualidade Ambiental e adensamento urbano**: Um estudo de ecologia e planejamento da paisagem aplicado ao distrito de Santa Cecília (MSP). 2ª.ed. – Curitiba: O Autor, 2008. 150f.

SERPA, A. **O espaço público na cidade contemporânea**. 2. ed. – São Paulo: Contexto, 2013.

SILVA, M. J. M. **O Parque do Povo em Presidente Prudente – SP**: A lógica da intervenção do poder público local no processo de (re) estruturação do espaço urbano. Dissertação (Mestrado em Geografia) – FCT/UNESP, Presidente Prudente, 1994.

SOBARZO, O. A Produção do espaço público: da dominação à apropriação. **Geosp - Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 19, pp. 93 - 111, 2006. Disponível em: <[http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geosp/Geosp19/Artigo\\_Sobarzo.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geosp/Geosp19/Artigo_Sobarzo.pdf)>. Acesso em 12 de Ago. 2016.

WENZEL, J. **Über die geregelte Handhabung von Bildern**. Garten + Landschaft, Munchen, n. 3, pp. 19-24, 1991.